

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A ELITE COLONIAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SUAS AÇÕES NO REINO DE ANGOLA: RELAÇÕES DE PODER E TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS (1658-1666)

Leandro Nascimento de Souza

EAD-UFRPE

nassoza@hotmail.com

Segundo as estimativas do *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, durante o período de 1501 a 1866, cerca de 12.521.332 africanos escravizados foram embarcados nos portos do seu continente, destinados aos trabalhos forçados no Novo Mundo, e a maior parte deles, cerca de 5.694.573 cativos, partiram da região da África Centro Ocidental. Pernambuco foi a quarta região das Américas que mais recebeu africanos escravizados, com cerca de 853.832 pessoas desembarcadas, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, Bahia e Jamaica¹. Esses dados demonstram importância histórica e social de Pernambuco para a compreensão do comércio de escravizados através do Atlântico e as consequências causadas nos dois lados desse oceano. Com a produção açucareira em expansão, a partir de 1560, a elite colonial em Pernambuco começou a fazer uso da mão de obra escravizada vinda da África, criando um vínculo Atlântico que se fortaleceu no século XVII, principalmente no período posterior da “expulsão” holandesa, quando representantes dessa elite açucareira atravessaram o Atlântico para administrar Angola, e o fizeram de acordo com os seus interesses pessoais, contrariando, por vezes, o projeto colonial estabelecido pela Coroa portuguesa na região.

Uma Capitania negreira: o pioneirismo no tráfico de escravizados africanos para a produção açucareira

¹ The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Total de embarcados disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/reITgdLX>>. Total de desembarcados disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/98VTX2GJ>>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Devido às experiências adquiridas na Ilha da Madeira, Duarte Coelho investiu na produção açucareira em Pernambuco. O modelo de produção na Madeira era do tipo de média e pequena propriedade, o que não permitia uma produção em larga escala, não trazendo grandes lucros para os proprietários. Até a morte do primeiro donatário, em 1554, a produção se resumia a cinco engenhos, entre Igarassu ao norte, e Várzea do Capibaribe ao sul. Essa situação começou a se modificar com a morte de Duarte Coelho, quando sua esposa, Dona Brites de Albuquerque, seus filhos e principalmente seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, conseguiram investimentos e conhecimentos necessários para expandir a produção do açúcar, estendendo a influência da Capitania de Pernambuco. Em 1570, a capitania já possuía 30 engenhos em funcionamento, chegando ao número de 140 engenhos de açúcar em 1630. Esse novo modelo necessitou cada vez mais de mão de obra, sobretudo escravizada (MELLO, 2000, p. 75-76)².

A produção do açúcar era a atividade mais complexa e mecanizada conhecida até o século XVIII, que contava com trabalhadores e ferramentas especializadas, organizadas em equipes no período de safra quando operava por até vinte horas seguidas, processo esse voltado para evitar perdas e assegurar a produção, que exigia alto grau de organização. Formada pelos setores de administração: senhor; manutenção: carpinteiro, pedreiro e calafates; transporte: carros de boi e barcas; e o processamento: feitor-pequeno, levadeiro, mestre do açúcar, banqueiro e caldeireiros, além de muitos escravos que estavam presentes em todos os setores. Nesse cenário, havia os trabalhadores livres, pessoas habilitadas que cuidavam da manutenção ou conhecedoras de processamentos do açúcar, mas que, com o decorrer do tempo, essa manutenção passa a ser exercida também por escravizados. Esses trabalhadores eram: feitor-mor, caixeiro da cidade, cobrador de rendas, escrivão, cirurgião, mestre do açúcar, caldeireiro, carapina, banqueiro, feitor-pequeno, purgador e barqueiro. Destacavam-se também outras tarefas como a limpeza anual da levada, cuidar do sangradouro, cortar lenha, além de capitão-do-mato, resgatando escravizados fugitivos. De acordo com Schwartz, um engenho de grande porte, como um Real, possuía aproximadamente 100

² Sobre o primeiro século da produção açucareira em Pernambuco ver: MAURO, Frederic. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 256-258. Sobre o tráfico de escravizados para a capitania nesse período ver: SILVA, Daniel D. B. ELTIS, David. The Slave Trade to Pernambuco, 1561-1851. In: ELTIS, David. RICHARDSON, David. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, p. 106-108.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Anos	Caribe espanhol	América espanhola	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Total global ⁴
1556-1560	39	559	0	0	0	598
1561-1565	1436	15500	0	573	0	17419
1566-1570	1264	9270	0	792	0	11326
1571-1575	650	8620	0	1096	0	10366
1576-1580	590	8450	100	1516	70	10726
1581-1585	4509	11049	652	2099	456	18765
1586-1590	5210	12570	1000	2906	701	22387
1591-1595	7145	4699	1536	4022	1077	18479

escravizados, em grande rotatividade, pois a expectativa de vida deles era curta (SCHWARTZ, 2011, p. 209-224).

Tabela 1: Estimativa de escravizados africanos desembarcados no “Novo Mundo”, entre 1556 a 1630³

³ Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/VDo7xDDq>>. Acesso em: 05 de out. 2020.

⁴ Números totais do tráfico de escravizados africanos no Atlântico no período indicado, também com desembarques em outras praças que não aparecem na tabela.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1596-1600	27168	2852	2359	5567	2466	40887
1601-1605	12064	1266	3623	7993	2537	27483
1606-1610	20028	2102	5566	10665	3895	42823
1611-1615	6619	1515	8544	14763	5982	37508
1616-1620	32631	3425	13115	20439	9181	79525
1621-1625	34443	3616	15430	23200	10800	87489
1625-1630	11384	1195	15430	19294	10800	58448
Total	165090	86688	67355	114925	47965	484230

As estimativas apresentadas na tabela acima mostram que, apesar do pioneirismo da América espanhola, a Capitania de Pernambuco foi a primeira região da América portuguesa a receber escravizados da África, e só quinze anos depois outras regiões como Bahia e Rio de Janeiro iniciaram esse processo. Até 1630, antes da invasão holandesa na região, Pernambuco se manteve como o maior produtor de açúcar da América portuguesa, conseqüentemente, o maior comprador de escravizados africanos também (MELLO, 2000, p. 86-87).

Os holandeses no tráfico escravista: entre o Recife e Luanda

As invasões holandesas na África tiveram início em 1598, na ilha de São Tomé, e foram acompanhadas de alguns fracassos, como as duas tentativas mal sucedidas de tomar os postos da ilha de Moçambique, em 1607 e 1608. Embora tenham se fixado em 1612, em Mouri, na Costa do Ouro, tiveram uma grande derrota na tentativa de tomar o castelo de São Jorge da Mina em 1625. Ao aportar no Recife em 1637, para administrar Pernambuco, Maurício de Nassau sabia que tinha um grande desafio pela frente: vencer a grave crise econômica em que se encontrava a região, pois disso dependia a consolidação dos holandeses nesse território⁵. A solução foi investir na reconstrução da produção açucareira, entretanto a situação não estava nada favorável. Muitos engenhos haviam sido abandonados, outros queimados. Outro agravante era a falta de mão de obra escravizada, para fazer os engenhos produzirem. Muitos cativos

⁵ Nassau destacou-se em várias campanhas militares na Europa, na guerra dos trinta anos, tornando-se conhecido e respeitado rapidamente. Foi contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para administrar o “Brasil-holandês”, em 1637, gestão realizada até 1644.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

havia aproveitado a situação de guerra para fugir, inclusive para o complexo de Palmares (PUNTONI, 1999, p. 121).

Diante dessa realidade, a alternativa encontrada por Nassau foi lançar seus navios para a África e controlar esse fornecimento de mão de obra de forma direta. Outra tentativa de conquistar o Castelo São Jorge da Mina aconteceu em 1637, com uma esquadra saída do Recife, dessa vez com vitória holandesa. Pouco depois levantou feitoria em Pinda, para negociar com o Congo. Porém, percebendo que essas conquistas não conseguiam abastecer Pernambuco de forma satisfatória, resolveu lançar seus navios para outra região, o porto de Luanda (PUNTONI, 1999, p. 144-147).

A política escravista implantada pelos holandeses em Angola foi de caráter indireto, estabelecendo acordos que visavam à cooperação, evitando ao máximo as guerras, vistas como empecilhos ao bom andamento dos negócios na região. Muitos sobas de territórios adjacentes aos territórios de Luanda consideravam a presença holandesa como uma alternativa em contraponto à presença portuguesa, até mesmo porque os flamengos tinham produtos mais baratos e de melhor qualidade (GREEN, 2019, p. 194-195).

Com a influência comercial holandesa nos principais portos fornecedores de escravizados na costa da África atlântica, regiões do Brasil que não estavam integradas à ocupação holandesa ficaram prejudicadas, sobretudo a Bahia e o Rio de Janeiro, a primeira pela produção açucareira e a segunda pelo comércio de cativos com os castelhanos para abastecer mão de obra para extração nas minas de prata na América espanhola, via porto de Buenos Aires⁶. Para superar essas adversidades e com o objetivo de expulsar os holandeses e retornar a Angola, foi preparada uma expedição militar no Rio de Janeiro. Para comandá-la, foi nomeado Salvador Correia de Sá e Benevides, que viria a ser governador geral de Angola, de 1648 a 1651, período da expulsão dos holandeses da região⁷.

Tanto para os holandeses quanto para os portugueses, a mão de obra escravizada e africana era uma necessidade para a produção açucareira. O tráfico

⁶ Apesar de um bom número inicial, o tráfico de escravizados na Luanda Holandesa começa a cair muito em 1646, entrando em crise em 1648, muito devido as guerras Atlânticas, principalmente no Brasil (PUNTONI, 1999, p. 160-161).

⁷ Para um estudo biográfico sobre Salvador Correia de Sá ver: BOXER, Charles. *Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

negreiro se transformava em um dos mais importantes aspectos da estrutura que alavancava a produção e a colonização da América, tornada o sustentáculo de parte substancial da economia Atlântica.

Em 1644, depois de haver passado o governo para uma Junta, Nassau retorna para a Europa, pela própria insatisfação da Companhia. A retirada de Nassau marca o início da fase de decadência da ocupação holandesa na América. Devido à política mais intransigente de Schkoppe, o movimento de “restauração” começou a ganhar força, os colonos lusitanos em Pernambuco não levaram em consideração o tratado de paz e declararam guerra aos flamengos em 1645. Com a “expulsão” dos holandeses em 1654, o regime dos donatários foi abolido, e a administração da capitania foi entregue a governadores régios, mas não sem indenizar os herdeiros do último donatário (ACIOLI, 1997, p. 34).

A reestruturação da Capitania de Pernambuco e os interesses da elite colonial no tráfico de escravizados africanos

Com a invasão holandesa e as guerras de restauração da capitania pelos colonos, fundada em 1654, a Capitania de Pernambuco se encontrava com agravantes estruturais para retomar sua dinâmica econômica, precisava repovoar, reconstruir e replantar. A crise econômica era potencializada pela crise política com disputas entre senhores de engenho e seus credores; conflitos de jurisdição entre governo geral e local; disputas de poder entre os grupos mercantis do Recife e a aristocracia em Olinda. Além disso, havia ainda a questão do Quilombo de Palmares nas serras e os conflitos com os grupos indígenas no interior⁸.

Para recomençar a produção, os senhores de engenho na Capitania de Pernambuco, representados pelos mestres de campo da expulsão dos holandeses, tinham que diminuir os custos, sobretudo nos gastos com a mão de obra escravizada vinda da África, cujo preço havia aumentado consideravelmente com as guerras Atlânticas⁹. Já

⁸ Sobre os problemas estruturais de Pernambuco após a retirada dos holandeses ver: (LOPES, 2018, p. 21-108), (SILVA, 2001, p. 145-155) e, (SOUZA, 2012, p. 37-67).

⁹ Mestre de campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço (Um Terço, enquanto “termo militar”, responde ao que os romanos chamavam Legião e os alemães e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em 1642, houve várias reclamações dos colonos de Pernambuco que estavam na Bahia, mostrando a preocupação econômica com relação ao preço dos escravizados que vinham de Angola após invasão holandesa em Luanda, em 1641¹⁰.

Desde o início do levante dos colonos lusitanos contra os holandeses, em 1644, Martin Soares Moreno, Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira já haviam demonstrado preocupação com os acontecimentos na África Centro Ocidental, seja como uma forma de se manter informado sobre seus inimigos, pois Luanda estava sob domínio holandês, seja por interesse no tráfico Atlântico de escravizados para suprir as necessidades de mão de obra, bem como participarem diretamente desse comércio escravista. Os mestres de campo enviaram à Corte relatórios sobre os acontecimentos no Congo e em Angola, a partir de informações adquiridas de escravizados oriundos de Luanda que estavam no Recife¹¹. Ao longo do ano de 1645, o Governador Geral do Brasil, Antonio Teles enviou reforços para o resgate de Angola, em uma das investidas, enviou um contingente do Terço dos Henriques¹².

Contudo, em 1654, no momento da retomada da Capitania de Pernambuco pelos colonos lusitanos, o comércio escravista em Angola concentrava-se no abastecimento da Bahia e do Rio de Janeiro. Com a retomada de Luanda em 1648, Salvador Correia de Sá estabeleceu os interesses dos fluminenses em Luanda, que tinham sido prejudicados pelos holandeses nos sete anos anteriores. O Rio de Janeiro tinha uma conexão com o porto de Buenos Aires, de onde fornecia escravizados para trabalharem nas minas de prata em Potosí, na América espanhola. Com suas medidas

franceses chamam Regimento, ou seja, era um agrupamento de infantaria) com apelação ao general (BLUTEAU, 2000. p. 457).

¹⁰ Consulta do Conselho de guerra ao Rei, em 8 de janeiro de 1643 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-03, D-330).

¹¹ As cartas foram enviadas para um conselheiro do Rei, D. Vasco Luís da Gama, Conde de Vidigueira e Marquês de Niza, foi embaixador na França e também membro do Conselho de Estado e Guerra e vedor da Fazenda. Esteve envolvido tanto no tratado de paz com a Holanda em 1663, quanto no tratado de paz com a Espanha em 1668 (MELLO, 2003. p. 82).

¹² Carta do Capitão Antonio Teixeira de Mendonça ao Rei, em 14 de setembro de 1645 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-04, D-366, D-371). Carta de um morador de Pernambuco sobre os acontecimentos de Angola, em 1 de janeiro de 1645 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-4, D-362). Surgindo em Pernambuco, no contexto dos conflitos contra os holandeses, mantidos pela Coroa após seu término, e utilizados nos mais diversos empreendimentos do ultramar português, o Terço dos Henriques constituir-se-á em uma força militar numericamente restrita, socialmente respeitada, e responsável por oferecer aos pretos forros um status social diferenciado das tropas regulares, sobre esse tema ver: SILVA, Kalina Vanderlei. *Os Henriques nas vilas açucareiras do estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII*. Estudos de história, Franca, v. 9, n. 2, 2002, p 145-163.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como governador geral de Angola, Salvador Correia de Sá fortaleceu o comércio entre Luanda, Rio de Janeiro e Bueno Aires, desfalcando a demanda em Pernambuco, carente de mão de obra para a sua produção açucareira¹³. João Fernandes Vieira, em 1653, alertou a Coroa lusitana a respeito dos perigos da empreitada em negociar escravizados africanos com os espanhóis em Buenos Aires, pois poderia ocorrer que os castelhanos invadissem Luanda, fato provável segundo ele, por estarem ainda em conflito na guerra de restauração¹⁴.

Líderes na expulsão dos holandeses, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros arquitetaram a resolução do problema com relação à mão de obra escravizada nos engenhos, usando a política de favorecimentos para fortalecer o comércio entre Recife e Luanda, pois eram dois dos maiores senhores de engenho de Pernambuco e Paraíba, e nada melhor para reverter o comércio escravista em seus benefícios do que sendo governadores gerais de Angola. Em um período curto de tempo, de junho de 1654 a fevereiro de 1655, Vieira e Negreiros, além das honrarias, receberam cartas patentes para cinco governos ultramarinos. João Fernandes recebeu patente para governar a Paraíba de 1655 a 1657, e Angola de 1658 a 1661, já André Vidal recebeu o governo do Maranhão, 1655 a 1656, de Pernambuco, 1657 a 1660, e de Angola, de 1661 a 1663 (ALENCASTRO, 2000, p. 272). Esses mestres de campo fizeram uso de suas experiências e prestígios adquiridos antes, durante e depois do período holandês em Pernambuco nos seus interesses enquanto governadores de Angola, se envolveram nas relações de poder na África Centro Ocidental, resolvendo a situação a seu favor. Enquanto João Fernandes governou Angola, André Vidal governou Pernambuco, e eles trabalharam com o mesmo objetivo, aumentar a produção açucareira através de uma bem sucedida forma de governar Angola baseada no aumento do tráfico de escravizados para o porto Recife¹⁵.

¹³ O Conselho Ultramarino demonstrou preocupação sobre essa situação, alertando ao Rei o quanto esse comércio com as Índias de Castela era prejudicial a produção açucareira em Pernambuco e na Bahia, ver: Consulta do Conselho Ultramarino, em 9 de agosto de 1951 (BRÁSIO, 1971, p. 66-67).

¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei, em 9 de junho de 1653 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-05, D-533).

¹⁵ Inicialmente seu mandato seria de 1657 a 1660, mas em 1660, Negreiros requereu a Coroa que lhe mantivesse no cargo até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661. Em carta, André Vidal de Negreiros usa o argumento de que tinha acontecido a mesma situação com o Barreto de Menezes no governo de Pernambuco, enquanto aguardava para assumir o cargo de governador

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiro: governadores gerais de Angola e senhores do tráfico de escravizados africanos¹⁶

Com a retomada de Angola, em 1648, liderada por Salvador Correia de Sá, Portugal teve outro desafio: recuperar o comércio escravista. Com poucos territórios e pequenas alianças realizadas, a Coroa lusitana enfrentou uma grande concorrência mercantil, nomeadamente o Estado do Congo, então governado por Kimpaco, e o Estado de Matamba, sob a soberana Nzinga. Aliados dos Holandeses, eles haviam submetido grande parte dos chefes locais, aliando-se a outros, buscando manter suas autonomias políticas e econômicas, em especial, frente ao Reino de Portugal. A posição da Coroa lusitana com relação a essa situação, por sua vez, foi de extrema cautela, pois ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Contudo, a importância do comércio escravista para a produção açucareira no Brasil fez com que os governadores que representavam a elite colonial na Capitania de Pernambuco, investissem na expansão de suas influências nos sertões de Angola, por meio de campanhas militares. Esses governadores colocaram em prática ações que ampliaram o tráfico de escravizados no Atlântico, aumentando a influência de suas regiões na África Centro Ocidental. Essa situação causou vários conflitos entre os poderes que constituíam o Império lusitano e as lideranças dos Estados africanos, porquanto os vários interesses em jogo, frequentemente, eram incompatíveis. Os governadores de Angola que vieram de Pernambuco levaram consigo gente de sua confiança para cargos administrativos e militares, o que deixou insatisfeita a aristocracia colonial local, causando um jogo político entre colonos do Brasil, de Angola e agentes reais. Além disso, o Reino de Portugal esteve diante de outro problema para administrar, qual seja, o

Geral do Brasil, sobre a questão ver: Consulta do Conselho Ultramarino, em 27 de setembro de 1660 (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620).

¹⁶ Sobre a atuação detalhada de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros nos seus governos em Angola ver: SOUZA, Leandro Nascimento de Souza. *A trajetória angolana de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros: relações de poder, ações militares e tráfico de escravizados para Pernambuco (1658-1666)*. 194 f. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conflito entre as Ordens religiosas, do qual os governadores também tentaram tirar proveito para seus interesses.

Foi nesse contexto que João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros governaram Angola: o primeiro de 1658 a 1661; e o segundo de 1661 a 1666. Lideranças na guerra contra os holandeses na América portuguesa, Vieira e Negreiros tiveram entre suas honrarias o cargo de governança em Angola. Seus interesses estavam vinculados à ampliação do fornecimento de escravizados do porto de Luanda para o Recife, uma vez que ambos eram grandes senhores de engenho. A trajetória de deles como governadores de Angola, bem como as relações de poder por eles encetadas enquanto exerciam seus mandatos, colocou-os em condição de agir de acordo com os seus interesses econômicos, sobretudo, posicionando seus agentes para tentar controlar o tráfico de escravizados através de ações militares, desconsiderando vários aspectos do regimento para Angola, num jogo político que envolveu não só eclesiásticos, soberanos regionais e locais, a aristocracia lusitana, como também a própria Coroa portuguesa e o Conselho Ultramarino. E mesmo com a evidente insubordinação ao regimento, as conquistas militares no interior e as novas articulações desses governadores geraram um novo ciclo de vassalagem, extorquindo os chefes locais e, de certa forma, recuperando a reputação de armas que a Coroa tinha perdido ao longo do período holandês. As ações militares promovidas por Vieira e Negreiros foram de encontro ao projeto que a Coroa lusitana tinha para Angola, executar o comércio escravista através de intermediários, se posicionando apenas no litoral. As investidas levaram a preocupar grandes Estados na região, o principal deles o Congo, que na batalha de Ambuíla em 1665, sofreu uma derrota que teve consequência na sua fragmentação política, e grande parte dos capturados em batalha foram levados como escravos para os engenhos de Pernambuco e Paraíba.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Com relação aos números do tráfico de escravizados no Atlântico, de acordo com a tabela abaixo, a qual podemos ter uma estimativa, os representantes da elite colonial em Pernambuco conseguiram seus objetivos, restabeleceram o fornecimento de mão de obra escravizada africana para seus engenhos de açúcar e, utilizando-se de práticas contrárias ao projeto da Coroa portuguesa para Angola, e ainda, enquanto seus representantes estavam vivos, não foram condenados por isso. É importante ressaltar que, na primeira metade da década de 1650, Pernambuco recebeu pouco mais de 2000 cativos, enquanto a Bahia e o Rio de Janeiro receberam mais de 18000 e 12000 escravizados, respectivamente. Já na segunda metade, em vigor o governo geral do João Fernandes em Angola, Pernambuco recebeu mais de 9000 escravizados, enquanto Bahia e Rio de Janeiro mantiveram os números anteriores. Foi um aumento de aproximadamente 350% no recebimento de escravizados no porto do Recife e que continuou aumentando no decorrer das décadas seguintes. É importante perceber que o porto do Recife também servia de entreposto comercial das embarcações que vinham da África Centro Ocidental, até mesmo pela sua condição geográfica, favorecida pelas correntes marítimas, e que os traficantes de escravizados em Pernambuco também vendiam cativos para outras praças. Mas, grande parte desses escravizados permaneciam na Capitania de Pernambuco, principalmente por conta do aumento contínuo da produção açucareira na segunda metade do século XVII, potencializada após os governos gerais de Vieira e Negreiros em Angola. Além, da África Centro Ocidental, a partir da década de 1670, a elite colonial em Pernambuco se envolve de forma significativa também com o tráfico de escravizados na região da Mina¹⁷.

Tabela 2: Estimativa de escravizados africanos desembarcados no “Novo Mundo”, entre 1631 a 1700.¹⁸

Anos	Caribe espanhol	Rio da Prata	América espanhola	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Total global ¹⁹
------	-----------------	--------------	-------------------	-------	------------	-------------------	----------------------------

¹⁷ Sobre a relação da Capitania de Pernambuco com o tráfico de escravizados na região da Mina, no segundo quarto do século XVII e primeira metade do século XVIII ver: (LOPES, 2018).

¹⁸ Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/JvNwr6IR>>. Acesso em 07 de out. 2020.

¹⁹ Números totais do tráfico de escravizados africanos no Atlântico no período indicado, também com desembarques em outras praças que não aparecem na tabela.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1631-1635	17937	0	1848	15430	300	10800	46315
1636-1640	14181	0	1489	15430	6421	10800	48321
1641-1645	5251	0	810	10210	17526	7000	54102
1646-1650	4060	699	2628	12739	1438	8917	45691
1651-1655	5791	0	2525	18265	2069	12785	49152
1656-1660	9251	2560	1655	18265	9323	12785	77889
1661-1665	2583	1279	1917	19332	9000	13153	84448
1666-1670	1101	1650	336	23101	10992	17965	104459
1671-1675	664	47	291	15958	9879	11559	84329
1676-1680	3305	145	0	16735	12500	11714	98409
1681-1685	3290	0	0	16044	12500	11230	117770
1686-1690	578	0	0	13931	12500	9751	95267
1691-1695	0	0	0	18789	12500	13152	106013
1696-1700	6703	0	0	37536	33221	26276	177229
Total	74695	6380	13499	251765	150169	177887	1189394

Sobre os impactos das ações de João Fernandes e André Vidal na África Centro Ocidental com relação ao número de escravizados, percebe-se, na estimativa da tabela abaixo, um aumento significativo de saída de cativos da região, pois, de quase 40000 na primeira metade da década de 1650, passou para mais de 55000 na segunda metade, período do governo Vieira. Na segunda metade da década de 1660, entre o fim do governo de Negreiro e início do seu sucessor, houve quase 72000 cativos forçados a saírem da África Centro Ocidental. Em um período de vinte anos, 1650 a 1670, houve um aumento de 80% de escravizados embarcados nos navios negreiros da região. Dentre alguns fatores que explicam o aumento significativo desse tráfico, um dos mais importantes é demonstrado pelas ações de João Fernandes e André Vidal enquanto governadores gerais de Angola, tendo assim, apropriado grande responsabilidade com relação ao aumento de seres humanos escravizados e obrigados a trabalharem à força, no Novo Mundo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Tabela 3: Estimativa de escravizados embarcados nos portos do continente africano, entre 1631 a 1700.²⁰

Anos	Senegâmbia	Costa do Ouro	Golfo do Benin	Baía de Biafra	África Centro Ocidental	Total global ²¹
1631-1635	3084	0	0	0	56296	59380
1636-1640	1478	0	1988	1630	55724	60820
1641-1645	15844	1162	3154	11323	34264	67119
1646-1650	8632	1267	938	20119	25267	56223
1651-1655	8298	697	1845	7679	39731	60170
1656-1660	9425	740	10318	17112	55650	95516
1661-1665	5097	10778	12753	17236	54941	102953
1666-1670	1310	8415	17173	20432	71817	126585
1671-1675	3611	10176	10679	18321	55939	102839
1676-1680	9656	18660	19134	16072	53027	119552
1681-1685	12353	11009	40705	13481	60016	145546
1686-1690	9574	5265	39185	8228	49357	115018
1691-1695	10710	7563	47931	10603	50331	128356
1696-1700	11858	32880	60480	20696	80608	211201
Total	110920	108612	266283	182932	742968	1451278

Considerações finais

Tanto Vieira como o Negreiros tiraram proveitos das oportunidades, cada uma da sua forma, adquiriram experiências e as colocaram em prática ao longo da atuação em seus cargos de poder, tornando-se não apenas senhores de engenhos, mas também grandes traficantes de escravizados africanos, se envolvendo em outras atividades econômicas em várias partes do que seria o “império marítimo português”. O que traz uma reflexão sobre os conceitos atribuídos a esses personagens, pois foram além das

²⁰ Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/ImroUUd7>>. Acesso em 09 de out. 2020.

²¹ Números totais do tráfico de escravizados africanos período indicado, também com embarques em outras praças que não aparecem na tabela.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fronteiras da legalidade da Coroa e criaram vínculos e conexões em grande parte do comércio Atlântico. Para a sociedade brasileira atual, principalmente em Pernambuco, esses personagens são tidos apenas como os “grandes heróis da restauração pernambucana”, com homenagens públicas, como em nomes de ruas importantes no Recife, estátuas em parques históricos e lugares de destaque, lápides tumulares na Igreja Nossa Senhora dos Prazeres do Monte dos Guararapes, dentre outras homenagens. Sempre destacando a história deles com relação a “expulsão” dos holandeses em Pernambuco, desconsiderando outros aspectos de suas histórias, como o caso do tráfico de escravizados e a escravidão. Esperamos que esse texto possa aumentar os debates com relação ao contexto desses personagens, principalmente na forte relação que eles tiveram com o tráfico de escravizados africanos e a escravidão no Brasil, especificamente, nesse caso, em Pernambuco e na Paraíba.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino. Arquivo digital – Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disponíveis no LAPEH-UFPE.

ACL-CU-015: Cx. 7, D. 620.

Arquivo Histórico Ultramarino. Disponíveis no arquivo digital do AHU, no site:

<<https://digitarq.ahu.arquivos.pt>>. Acesso em: 03 de mar. 2020.

AHU-ANGOLA-CU-01:

Cx 3: 330. Cx 4: 362, 366, 371. Cx 5: 533.

Fontes impressas

BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BRÁSIO, Padre Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 11. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

Bibliografia consultada

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: Aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII*. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- GREEN, Toby. *A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.
- LOPES, Gustavo Acioli. *A fênix e o Atlântico: a Capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654-1760)*. São Paulo: Alameda, 2018.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Negócio de Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- _____. Uma Nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme(org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.
- PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.
- SOUZA, George Félix Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial (c. 1654-c.1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Site

The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em:
<<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso em: 15 de out. 2020.